

## **As Vias da Periferia: Argentina, Brasil, Coréia do Sul e Espanha.**

Angelita Matos Souza<sup>1</sup>

### **Resumo**

Abordaremos aspectos das reformas econômicas na história recente de quatro países: Argentina, Brasil, Coréia do Sul e Espanha. Sem atentar devidamente para os fatores geopolíticos (processos de integração; localização latino-americana, européia e asiática; relações com a potência hegemônica) na delimitação das “opções” seguidas, interessamos especialmente a comparação entre os processos de internacionalização adotados pelos quatro países nos anos 80/90. Gostaríamos de avançar na definição do que seja “capitalismo dependente-associado”, defendendo que, nas últimas décadas, a Coréia do Sul e a Espanha aproximaram-se mais deste “modelo” que o Brasil, entre o dependente-associado e o dependente (no qual enquadramos o caso argentino).

### **I. Introdução<sup>2</sup>**

Em oposição à maioria das teses sobre a globalização, apontando para a homogeneização das condutas político-econômicas dos Estados dos países periféricos, gostaríamos de indicar diferentes respostas “nacionais”, na busca de uma inserção internacional supostamente mais dinâmica e competitiva, tendo em vista as transformações da economia mundial nas últimas décadas. Neste sentido, o caso coreano e o espanhol foram mais exitosos que o caso brasileiro e se enquadrariam melhor a qualquer definição de capitalismo dependente-associado. Bastante recorrente em estudos sobre dependência e desenvolvimento na América Latina, a idéia de um modelo dependente-associado de desenvolvimento capitalista carece, todavia, de maior precisão. Neste texto, tentaremos delinear um sentido à noção, comparando países distintos, sem aderir a qualquer perspectiva de modelos, tipologias e/ou teorias dispostas ao enquadramento de realidades sociais diversas.

A fim de melhor compreender o caso brasileiro, a ênfase comparativa recairá sobre os casos da Coréia do Sul e da Espanha, entre o padrão altamente “financeirizado” de acumulação, no caso espanhol; e o modelo coreano, mais voltado à produção e à exportação de produtos industrializados que à internacionalização na área de serviços. Não obstante as diferenças, os dois países conquistaram uma inserção internacional mais privilegiada, se comparados ao Brasil. Este mais próximo do modelo argentino, no que diz respeito à dependência e vulnerabilidade externa, mas em melhor situação que a Espanha, quando à estrutura produtiva industrial, embora aquém do caso coreano.

A Espanha enveredou pelo caminho da conformação de um capital financeiro e sua internacionalização sem contar com uma estrutura produtiva capaz de sustentar um verdadeiro capitalismo financeiro (no modelo das corporações americanas, das grandes empresas alemãs, ou dos conglomerados japoneses). A Coréia do Sul também não teve êxito neste sentido, inspirada na experiência japonesa de monopolização da economia (das grandes empresas familiares do século XIX, os *zaibatsu*, aos conglomerados produtivo-financeiros no século XX, os *keiretsu*), construiu corporações produtivas bastante competitivas internacionalmente, os *chaebols* Samsung, LG, Daewoo, Hyundai etc. Mas ao contrário da experiência japonesa, na qual a articulação entre atividades produtiva e financeira daria origem ao moderno capital financeiro, o caso coreano, por mais exitoso que possa ser considerado, ainda não alcançou este resultado. Já o Brasil, onde o processo de monopolização da economia foi intenso, não logrou nem a competitividade internacional da indústria coreana, nem a internacionalização “financeirizada” à espanhola.

A idéia de dependência, subjacente à análise que iremos desenvolver, remete diretamente à dimensão política interna da dominação eminentemente financeira do Centro sobre a Periferia. E a distinção, a que recorreremos, entre o “dependente-associado” e o “dependente”, diz respeito à capacidade de inserção internacional dos países periféricos. São as relações de associação/articulação com o capital financeiro internacional (das nações dominantes) que permitem tal distinção, formas essas delimitadas internamente (pela luta política envolvendo dirigentes estatais, disputas entre interesses econômicos diversos e a luta de classes), mas dentro do rol de possibilidades abertas pelas condições internacionais.

E, se como escreveu Lênin, na virada do século XIX para o século XX, o capitalismo transformou-se efetivamente em imperialismo; poderíamos acrescentar que também as relações de dependência, dos países periféricos para com as economias centrais, avançaram significativamente a partir daí. E os termos periferia e dependência não são sinônimos. O primeiro indica uma situação marcada por ausências/insuficiências no campo da autonomia financeira/monetária (moeda forte), sobre o processo de inovação científico-tecnológico, processos de monopolização da economia “incompletos” e poder militar “subdesenvolvido” (em comparação aos centros dominantes). Mas resumiremos tudo à existência (Centro) ou não (Periferia) do moderno capital financeiro<sup>3</sup>. Já a noção de dependência tem um sentido “relacional”, cujas formas são definidas no interior dos

países periféricos, sob possibilidades e constrangimentos determinados pela expansão imperialista dos capitalismo centrais.

À diferença da discussão sobre o “Novo Imperialismo”, na qual a dimensão conjuntural (militarista) em torno da política externa dos EUA ocupou o centro das atenções, reafirmamos aqui que o imperialismo é o capitalismo sob o domínio do capital financeiro, retomando a correlação entre imperialismo e capitalismo contemporâneo<sup>4</sup>. O imperialismo corresponde à fase do capitalismo (o capitalismo monopolista) na qual a livre concorrência dá lugar à concentração e centralização do capital produtivo e financeiro em mãos de um punhado de empresas gigantescas. O carro-chefe deste processo seria a fusão entre capital industrial e bancário - sob domínio deste último -, originando o moderno capital financeiro.

A monopolização da economia, ao mesmo tempo em que dá origem ao capital financeiro, é impulsionada pelo desenvolvimento deste. A formação de poderosos blocos de capital financeiro-produtivos intensifica este processo, por meio da incorporação constante das empresas mais débeis e conquista de mercados internacionais. A exportação de capitais e a repartição do mundo entre os grandes grupos capitalistas internacionais são condição e resultado do predomínio do capital financeiro, da sua transformação em “força motriz” da acumulação capitalista em escala mundial<sup>5</sup>.

A característica principal do imperialismo seria o primado da atividade financeira sobre todas as demais atividades econômicas, o que é absolutamente válido para o mundo atual. Hoje, mais do que nunca, o volume de capitais movimentado no mercado financeiro global supera em muito o do comércio internacional de mercadorias. Mas algumas tendências recentes chamam atenção: 1º) o financiamento dos déficits americanos por países “dependentes/emergentes”, por meio das altas taxas de juros praticadas nos mercados periféricos e o total das reservas em moeda forte (aplicados em parte em títulos americanos); 2º) a dominação eminentemente financeiro-diplomática das potências imperialistas sobre os países periféricos, lado a lado à expansão militarista norte-americana sobre algumas regiões do mundo; 3º) além de inter-estatais, as articulações agora envolvem mais diretamente e extensamente os ricos e novos ricos da “sociedade civil” em todo o mundo, via mercado financeiro global.

Este último aspecto é que torna ainda mais complicada qualquer redução do Estado a mero “comitê executivo” dos negócios da burguesia (financeira), pois além de

condensação de forças dominantes heterogêneas, as políticas estatais (a econômica em especial) também representam segmentos nada desprezíveis à opinião pública nos Estados nacionais, não pertencentes à classe dominante (setores médios A e B), mas atuantes nos mercados financeiros. E mesmo que Estados do Centro capitalista parecem cada vez mais o “comitê executivo” da burguesia (financeira) internacional, menos que ao declínio de poder destes Estados diante do poder das grandes corporações transnacionais (ou à “fusão” entre Estado e grande capital monopolista), isso se deve às articulações “societárias” do capital financeiro internacionalizado dentro de cada Estado nacional, do centro ou da periferia. Isto é imperialismo – diferente de Império e/ou colonialismo-, tendo como contrapartida periférica as denominadas relações de dependência. Enfim, a dependência corresponde ao imperialismo e este ao capitalismo contemporâneo.

## **II. As vias da periferia**

Neste tópico, abordaremos os modelos de inserção internacional praticados pelos governos argentino, coreano e espanhol nas últimas décadas, a fim de estabelecer comparações com o caso brasileiro. O caso coreano ocupará mais espaço que o espanhol (já abordado em outros textos) ou o argentino, que servirá apenas de ilustração à contraposição ao modelo dependente-associado de inserção internacional.

### **1. Argentina**

O processo de industrialização argentino não avançou o suficiente (comparativamente à experiência brasileira), no sentido de legar à Argentina uma burguesia local e/ou uma burocracia tecnocrática capaz de opor resistências às reformas neoliberais dos anos 90. A classe média (média/alta), relativamente forte na Argentina, sempre foi mais afinada com os interesses “cosmopolitas” que com interesses “nacionalistas” e o liberalismo visto com simpatia, pois associado ao auge da economia agro-exportadora no início do século XX. Com as reformas dos anos 90, o circuito financeiro como espaço de lucros e expansão/conservação patrimonial favoreceu ainda mais o apoio ao modelo neoliberal pelas classes privilegiadas. As camadas populares (classe média baixa e trabalhadores manuais) “aceitaram” as reformas neoliberais dos anos 90, acreditando que trariam crescimento econômico e empregos, sobretudo porque era um político peronista que o prometia.

Carlos Menem, do Partido Justicialista, foi eleito presidente em meio a uma crise inflacionária e social acompanhada de manifestações populares que obrigariam o então

presidente Raúl Alfonsín (da UCR) a entregar o mandato antes do previsto. No poder, Menem pôs em prática uma política de privatizações e desnacionalização da economia argentina, caracterizada pela adoção radical do paradigma neoliberal. A política econômica dos governos Menem pode ser assim resumida: ampla privatização das empresas públicas e abertura comercial (desindustrialização); liberalização financeira (desnacionalização do sistema bancário); reformas trabalhistas de cunho neoliberal, ataque aos direitos sociais (à previdência); e um programa de estabilização, baseado numa taxa de câmbio assentado na paridade com o dólar - sistema denominado *Currency Board*.

A Lei da Conversibilidade, de início bem sucedida no combate à inflação, com a entrada maciça de investimentos estrangeiros (atraídos pela política de liberalização comercial/financeira e privatizações), passou a ser apontada como modelo aos países latino-americanos. Foi sob o impacto da crise econômica ao final de 1994, no México, que surgiram os primeiros sinais de vulnerabilidade, agravados na segunda metade dos anos 90 por novas adversidades no *front* externo - crise asiática (1997-98); crise da Rússia (1998); desvalorização da moeda brasileira (1999). Os efeitos negativos sobre as exportações argentinas, o peso crescente das taxas de juros sobre as finanças públicas, conjugados à manutenção da Lei da Conversibilidade pelo governo Menem e seu sucessor, Fernando De La Rúa, levariam à espiral de declínio - déficits crescentes, aumento da desconfiança e fuga de capitais. A moratória viria em dezembro de 2001, encerrando a década iniciada com a eleição de Menem em 1991.

Ao modelo adotado pela Argentina, acima resumido, denominaremos modelo dependente, marcado pela aposta na re-especialização produtiva, desindustrialização e desnacionalização da economia. E a atual crise da economia mundial certamente aprofundará as dificuldades e vulnerabilidade da economia argentina.

## 2. Coréia do Sul

A Coréia do Sul tem sido apontada como um caso exitoso de desenvolvimento capitalista tardio, resultando na conformação de grandes conglomerados produtivos, geralmente liderados por clãs familiares, os denominados *chaebols* (Samsung, Hyundai, Daewoo, LG etc.). A partir do regime militar, comandado pelo general Park Chung Hee (que governou o país de 1961 a 1979), a política econômica do Estado orientar-se-á para a industrialização voltada à conquista de mercados externos. Os *chaebols*, da produção industrial mais simples nos anos 60, avançam para a indústria pesada e química nos 70

(crescendo a taxas expressivas nos setores de máquinas, ferramentas, indústria naval e automobilística), ganhando significativa importância, a partir dos anos 80, o setor eletrônico e de telecomunicações.

As causas principais, apontadas para explicar o sucesso coreano, são: ajuda norte-americana no contexto da guerra fria (acesso privilegiado a financiamentos e ao mercado americano); investimentos em defesa/indústria bélica (também com ajuda americana); forte intervencionismo estatal marcado pela “competência e comprometimento” da burocracia (e sua força em relação aos grupos sociais); subsídios estatais condicionados ao cumprimento das metas estabelecidas, ao aprendizado tecnológico e desempenho exportador; estatização dos bancos; excelência da política educacional; reforma agrária e modernização no campo contendo o êxodo rural etc.<sup>6</sup>

Os altos índices de endividamento das empresas ao longo do processo de industrialização chamam a atenção e, para o seu financiamento, a Coreia do Sul recorreria ao mercado financeiro internacional, especialmente nos anos 70. Mas a peculiaridade da experiência coreana (em relação ao Brasil) foi, por meio de estatização do sistema bancário (de 1961 ao início dos anos 80) e do controle/gerenciamento do acesso ao crédito externo e interno, o Estado selecionar e premiar setores/empresas prioritárias às políticas de desenvolvimento em curso<sup>7</sup>. Os investimentos diretos estrangeiros estiveram orientados à associação com empresas coreanas (*joint-ventures*), e subsídios fiscais amplos e a tendência à desvalorização cambial foram outros incentivos do governo Park à expansão dos *chaebols*.

Nos anos 80, pós era Park (assassinado em 1979), a economia coreana resistiu à crise da dívida (à “década perdida”) estreitando relações com o Japão. Com a ajuda financeira de bancos japoneses e estabelecendo parcerias com suas empresas produtivas, promoveu um novo ciclo expansivo priorizando o desenvolvimento da indústria de informática e eletrônica, sem descuidar da indústria de bens de capital e automobilística. Segundo Coutinho (1999), a parceria com o Japão foi fundamental: a Coreia do Sul exportava insumos energéticos (petroquímicos, papel, produtos siderúrgicos e metais não ferrosos) e importava bens de capital e tecnologia, além de capital/financiamento para projetos em andamento. Os déficits comerciais eram compensados pelas crescentes exportações para os EUA e a política cambial utilizada de forma a equilibrar a moeda coreana (won) entre o dólar e o iene. A expansão internacional dos *chaebols* intensificou-se, com

instalações de fábricas, por exemplo, nos Estados Unidos, Portugal, Canadá e países asiáticos (Masiero, 2007).

Entre 1981-83, os bancos seriam privatizados e o controle acionário assumidos pelos *chaebol* maiores. A reforma financeira à época autorizava também a criação de novos bancos, em associação com o capital externo (*joint ventures*) e introduzia desregulamentações, no sentido da liberalização financeira e à fusão entre atividade produtiva e bancária. A privatização dos bancos comerciais, embora não tenha afetado o papel do Estado de bancador “em última instância” da expansão econômica (dos grandes projetos, setores estratégicos, P&D), fortaleceria a tendência à autonomia financeira pelos grandes conglomerados (Canuto, 1994). Dados recolhidos por Masiero (2007) apontam que, em 1988, oito dos dez maiores *chaebols* possuíam pelo menos uma instituição financeira. A diversificação rumo às atividades financeiras (serviços financeiros, como seguradoras e companhias de financiamentos de curto prazo), segundo o autor, foi uma estratégia para as empresas ganharem maior independência diante do excessivo controle do governo, buscando diminuir a dependência dos empréstimos sob crivo governamental.

E ainda que a atividade financeira estivesse subordinada aos projetos expansionistas da atividade produtiva, mantendo-se em alta os níveis de endividamento, acreditamos que a internacionalização da economia coreana caminhava para a conformação de um capitalismo financeiro moderno, não fosse atropelada pela crise asiática de 1997/98. Para se ter uma idéia, segundo Masiero (2007), entre 1990 e 1998, os investimentos no exterior superaram, em quantidade e em montante, os investimentos estrangeiros no mercado doméstico; concentrando-se na América do Norte (em resposta à criação do Nafta) e na Ásia. Nestes anos, pressionados pelo governo, os maiores *chaebols* foram se especializando e monopolizando alguns poucos setores (eletrônicos, por exemplo, ficaram com os três maiores— Samsung, Hyundai e LG). Tendência à concentração e especialização que será acentuada nos anos pós-crise financeira.

Entre as causas apontadas para a crise asiática ter atingido a Coreia do Sul, divulgadas no meio acadêmico e de comunicação, encontramos frequentemente as “ambições desmedidas” de expansão econômica e financeira dos grandes *chaebols*, em meio à conjuntura de liquidez no mercado financeiro internacional e à certeza de que as relações privilegiadas com os governantes impediria os maiores grupos de ir à falência. Contrariando as expectativas, a bancarrota de alguns grandes grupos levaria mais água

ao moinho da crise. Agravada pelas desvalorizações da moeda chinesa, japonesa, tailandesa e pelo contágio na Malásia e Indonésia; perda de competitividade (face à concorrência chinesa); queda brutal nas exportações, elevação dos déficits comerciais, excessivo endividamento de curto prazo, desconfiança dos investidores, fuga de capitais (por exemplo, durante 1997, os bancos credores japoneses retiraram US\$ 13 dos US\$ 22 bilhões que haviam emprestado a instituições coreanas) e ataques especulativos. Além da rápida liberalização e globalização da economia sul-coreana nos anos 1990 (muito desordenada, segundo os críticos) e à debilitação do Estado desenvolvimentista. (Masiero, 2007)

Independentemente da causa principal (ou combinação delas), tornou-se claro a vulnerabilidade da economia coreana. Com a elevada desvalorização da moeda e queda das reservas, o país recorreria ao FMI, ao final de 1997. Não teríamos como abordar a política econômica pós-crise e a rápida recuperação da economia coreana, vamos apenas indicar o movimento de internacionalização econômica, sob gerenciamento do Estado (que, com a crise, reafirma sua proeminência), tanto no sentido da expansão das empresas coreanas como no da sua desnacionalização<sup>8</sup>. Tendência à maior internacionalização da economia desde a sua integração na OCDE, em 1996, acentuada após a crise de 1997/98, seguindo as orientações do FMI, no sentido da maior liberalização e desregulamentação da economia à reestruturação produtivo-financeira.

O crescimento no volume de investimentos no exterior deu-se preferencialmente no setor manufatureiro, concentrando-se na própria Ásia (na China em especial), seguida da América do Norte e da União Européia. E, se nos anos 80, a parceria com o Japão foi fundamental, agora os negócios com a China e o crescimento da economia chinesa foram o decisivo, permitindo a rápida recuperação da economia coreana após a crise financeira (a China tornou-se o 1º destino dos investimentos diretos coreanos e o 1º parceiro comercial). Em 2004, a manufatura foi responsável pela absorção de 53% do total dos investimentos no exterior e a Coréia do Sul investiu na China o equivalente a 37,8% dos investimentos totais do país naquele ano, sendo dois quintos do dinheiro aplicados no setor manufatureiro, ao passo que a China passou a ser grande importador de produtos intermediários da Coréia do Sul. (Masiero, 2007; Porto, 2007)

Em 2001, quando a Coréia do Sul saldou antecipadamente seus débitos junto ao FMI, o valor das exportações coreanas alcançou os 38% do PIB e, em 2005, já era de mais de 45% (no início dos anos 1970 era de 10%). E devido à localização geográfica



privilegiada, incentivos diversos (fiscais e creditícios), cada vez mais investimentos diretos estrangeiros se dirigiram à Coreia do Sul, distribuídos “na proporção de 30% em *portfolio* e 70% em novas fábricas e instalações” (dados de 2001). A participação estrangeira (valor das ações em trilhões de wons) na Bolsa de Valores sul-coreana passaria de 10,45, em 1997, para 76,6, em 1999, e 88,2 em 2001. No final deste ano, dados da participação estrangeira por empresas (% em algumas empresas/subsidiárias) dão uma dimensão do processo de desnacionalização pós-crise: Kookmin Bank, 71,1%; Samsung Electronics, 59,7%; Samsung Insurance, 51,6%; Posco, 61,9%; Hyundai Motors, 52,6%; SK Telecom, 32,4% (Masiero, 2007).

Da participação majoritária do capital estrangeiro em algumas empresas não se deve deduzir o controle do *chaebol*, pois em geral diz respeito às subsidiárias deste. Ademais, a despeito da abertura econômica da última década, ainda é complicada (política e burocraticamente) a entrada de recursos externos na Coreia do Sul. Mas não há dúvidas que a economia coreana avançou de um modelo fechado e nacional (ainda que financiado por empréstimos estrangeiros), nos anos 60/70, para um modelo mais aberto nos anos 80/90 e início deste século, estabelecendo associações/parcerias produtivas, comerciais e financeiras com empresas/capitais de origem estrangeira. Indubitável é também o sucesso dessa experiência de capitalismo tardio, elevando a Coreia do Sul a uma posição de periferia de 1ª classe<sup>9</sup>. Além dos fatores já apontados (ação coordenada do Estado; boas relações com os EUA, Japão e China; localização geográfica; qualidade do sistema educacional etc.), foram decisivos para este resultado os investimentos em P&D<sup>10</sup>.

Não obstante, a Coreia do Sul continua dependendo fortemente da capacidade inovadora – especialmente, nas TIC - das economias americana, japonesa e européias. Sua economia é muito dependente das exportações, sobretudo para os EUA e China, e, portanto, do bom andamento da economia mundial e do crescimento nestes dois países<sup>11</sup>. Além disso, as parcerias/associações com a China não eliminam a concorrência internacional entre os dois países e não é nada fácil concorrer com a China, sendo que o diferencial entre qualidade/quantidade tem se reduzido em detrimento do produto coreano (quantidade chinesa  $\times$  qualidade coreana)<sup>12</sup>. Os investimentos estrangeiros indiretos, a despeito dos títulos americanos e dos fluxos para paraísos fiscais, seguem subordinados aos investimentos produtivos. Do ponto de vista monetário, a moeda coreana precisa equilibrar-se entre as moedas chinesa e americana e sua situação face o

*yen* também é subordinada (ou seja, não se pode afirmar que detenha uma moeda forte). Enfim, ainda um país periférico e, como observou Dieter Ernst: “um país torna-se crescentemente vulnerável, se tem alta parcela de eletrônicos na sua pauta exportadora, se está estreitamente integrado nas cadeias produtivas globais e se depende de exportar para os EUA” (citado por Oliveira, 2007: 37).

### 3. Espanha

O segredo do “sucesso” espanhol deve ser buscado na integração à Comunidade Européia, mas passa pelas “opções” internas que, dentro do rol de possibilidades abertas pelo sistema capitalista mundial, foram decisivas à consolidação de um capital financeiro espanhol, sem o qual a Espanha não estaria hoje entre as grandes economias do mundo.

Interessa-nos destacar que políticas econômicas empreendidas nos anos 80/90 levaram à consolidação do “núcleo duro” da economia espanhola; sob a liderança do qual a Espanha (re) descobriu a América Latina, alcançando nos anos 90 a posição de maior investidor externo na região. Fundamentalmente, chamamos atenção para o fato das inversões estrangeiras em empresa nacionais - com a abertura econômica, reorganização do mercado financeiro/acionário e privatizações-, menos que à compra/controle acionário destinarem-se à sociedade/associação com o capital local, favorecendo, política e economicamente, o poder internacional de grupos espanhóis<sup>13</sup>.

Além disso, nos governos González, as reformas “neoliberais” esbarraram na resistência dos movimentos sindicais (base social do PSOE), limitando o avanço do *thatcherianismo* sob os governos socialistas. No *tour de force* com o movimento sindical, os socialistas não arriscariam o “modelo Thatcher” e, voluntariamente ou não, essa foi uma das maiores contribuições dos governos González à recém consolidada democracia espanhola – com a expansão do *Welfare State* espanhol. Já sob os governos Aznar, a radicalização do receituário liberal implicaria em ataques aos direitos sociais e serviria à consolidação do “núcleo duro” da economia espanhola, com a venda das últimas participações estatais em grandes empresas espanholas e maior abertura/desregulamentação do mercado de capitais.

A conclusão das privatizações no setor infra-estrutural (Endesa, Repsol, Telefônica, Iberdrola) consolidou o capital financeiro espanhol, reunindo bancos e setores infra-estruturais. Este se encontra organizado, fundamentalmente, em torno de dois grandes grupos privados - o BSCH (fruto da fusão entre Banco Santander e Banco Central

Hispano, em 1999) e o BBVA (Banco Bilbao Viscaya e Argentaria, privatizado em 1998). O controle destes grupos sobre os setores infra-estruturais (nomeadamente eletricidade, gás natural, petróleo e telecomunicações), após as últimas privatizações, levaria essas empresas, tanto financeiras como produtivas, a liderar a internacionalização da economia espanhola. E para além deste núcleo duro, predominantemente basco-catalão, existem ainda grandes empresas privadas espanholas, com bases setoriais diferenciadas conforme a região, que são fortemente internacionalizadas.

Três movimentos – redemocratização, integração à Comunidade Européia e internacionalização econômica – estão estreitamente articulados. A integração à Comunidade Européia, além de obrigar à democratização do regime político, injetou maciços recursos externos na economia espanhola e, a despeito de efeitos sociais negativos, as reformas neoliberais fortaleceram o sistema financeiro local e sua fusão com o setor produtivo privado ou estatal/privatizado, consolidando os grandes grupos espanhóis, associados ao capital financeiro internacional, cuja capacidade de internacionalização surpreenderia o mundo.

No entanto, apesar do êxito expansionista, do ponto de vista científico-tecnológico, a Espanha ocupa uma posição frágil, com pouco investimento em pesquisa e domínio do processo de inovação científico tecnológico – dependente das transferências de conhecimento/tecnologia dos países mais desenvolvidos. Por sua vez, sua posição face o Euro e à União Européia é muito mais de dependência que de interdependência e, se a integração garantiu-lhe uma moeda forte, também encareceu o custo de vida para os espanhóis e impôs restrições às exportações para fora do continente europeu. A economia espanhola organiza-se basicamente em torno do setor de serviços, contando com uma estrutura industrial modesta, especialmente no setor de duráveis, sem falar nos setores de ponta (informática, telecomunicações), bastante dependente das “revoluções” alcançadas nos países centrais. Ademais, o crescimento econômico dos últimos anos, internamente, foi liderado pelo *boom* no setor imobiliário, financiado pelas instituições financeiras, e já esgotou seu ciclo expansionista.

Mas o fato é que o país ibérico alcançou o que o Brasil não logrou alcançar: uma inserção no sistema capitalista internacional mais favorável, cuja posição político-econômica internacional é mais vantajosa, respaldada pela associação com o grande capital financeiro internacional. Sua situação é menos favorável que a coreana, mas

recorreríamos igualmente à noção de “capitalismo dependente-associado” na abordagem do processo de internacionalização da economia espanhola (sobretudo a partir do final dos anos 80). As inversões estrangeiras em empresas nacionais, menos que à compra/controlar, destinaram-se à sociedade/associação com o capital local, favorecendo, política e economicamente, o poder internacional dos grupos espanhóis.

#### 4. Brasil

Ao longo do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil houve concentração/centralização do capital tanto no setor produtivo como no bancário, mas independentemente um do outro. E a abertura econômica e privatizações dos anos 90 não levariam aos desejados conglomerados financeiro-produtivos. Também muito se girou em torno da idéia de capitalismo dependente-associado, mas os agentes do capital produtivo nacional e os do capital estrangeiro nunca foram propriamente sócios, fizeram negócios, dividiram mercados, estabeleceram alianças políticas, porém raras foram as fusões/associações entre as empresas de capital forâneo e as nacionais<sup>14</sup>.

O mais correto seria falar em divisão do mercado: no setor de duráveis predominou o capital estrangeiro; o capital privado nacional predominaria na indústria de bens de consumo leve, bancos, no setor da construção civil, indústria cultural/empresas de lazer e turismo; o setor de infra-estrutura ficou com o Estado, sendo que a indústria de bens de capital vinculada às encomendas do setor público foi dividida entre o capital nacional e o estrangeiro, mas com predomínio do primeiro. Por sua vez, o processo de abertura e liberalização dos anos 90 levaria mais à desnacionalização da economia brasileira que à associação/fusão entre capital nacional e estrangeiro.

Durante o regime militar (1964-84), a despeito do processo intenso de conglomeração no setor financeiro, o capital bancário não se voltou para as atividades produtivas, buscando o controle acionário destas. O mercado de ações permaneceu pouco desenvolvido e os financiamentos de longo prazo às atividades produtivas continuaram vinculados às agências estatais (basicamente aos bancos de desenvolvimento), permanecendo incompleto o processo de monopolização da economia, segundo o modelo das economias centrais, caracterizado pela conformação de um capital financeiro<sup>15</sup>.

Os grandes grupos bancários do país não se sentiam motivados ao investimento em atividades produtivas, tendo em vista as altas taxas de juros e as vantajosas possibilidades de negócios com o capital estrangeiro. Daí a preferência pelas operações

de curto prazo, de intermediação financeira, atividades de repasse de fundos públicos ou de recursos captados no exterior, aos projetos industriais de longo prazo de maturação. As poucas experiências de diversificação dos negócios pelo setor bancário foram para o setor de serviços.

Menos que a incursão dos grandes bancos às atividades produtivas, houve algum interesse de grandes grupos industriais na criação de bancos próprios. A fim de aproveitar as taxas de lucratividade que a atividade financeira proporcionava, bancos foram criados para o fornecimento de crédito de curto e médio prazo às empresas do grupo. Atividade financeira, nestes casos, subordinada aos interesses da atividade industrial/comercial, já que as altas taxas de lucratividade na fase do “milagre econômico” não estimulavam posturas mais agressivas dos grandes grupos rumo à diversificação dos negócios no setor financeiro (e, de 03/1970 a 12/1976, as concessões de autorizações para a instalação de novas agências estiveram suspensas pelo Banco Central, reservando o mercado para os bancos já existentes).

Entre o final dos anos 70 e início dos 80, quando a desaceleração no ritmo de crescimento da economia brasileira atingiria o setor produtivo, seus agentes vão incrementar os lucros “especulando” no mercado financeiro, a essa altura controlado pelos grandes bancos e exigindo daqueles que desejassem se aventurar pelo setor bancário um volume de recursos considerável, caso quisessem entrar em condições de competir. E para além das disposições dos agentes econômicos, o fato é que qualquer política de incentivo à conformação de conglomerados financeiro-industriais esbarrava no padrão de acumulação consolidado, articulado ao mercado financeiro internacional e no arcabouço institucional criado para viabilizá-lo.

Nos anos 80, com a crise da dívida e os programas de ajustamento orientados pelo FMI, em meio à forte elevação das taxas de inflação, desorganização das finanças públicas e redução nas taxas de investimento, o grande capital sobreviveu à crise, conservando (e aumentando) suas margens de lucro, graças, sobretudo, ao endividamento estatal. Ao qual foi decisivo: a) o fluxo de novos empréstimos ao setor público; b) e a transferência do estoque da dívida do setor privado para o Estado (por meio dos DME e aplicações em títulos públicos). Além disso, o setor privado contou com alterações dos valores de dívidas (sua redução) junto ao setor público, possibilitadas pelo uso ou manipulação dos indexadores. Outro expediente foi a política tarifária de barateamento de serviços

públicos, que favorecia o rebaixamento dos custos da produção em favor do setor privado e contra o setor público.

O endividamento público interno definitivamente assegurou os lucros do grande capital, transformando-se no mecanismo por excelência à sobrevivência e reestruturação da grande empresa privada em meio à crise da dívida e ao ajuste recessivo. A aquisição de títulos públicos (a “preferência pela liquidez”) e o crescente endividamento estatal permitiu a conquista de posições líquidas credoras em favor do setor empresarial, do contrário impossíveis nas condições recessivas do início dos anos 80. Foi o que garantiu o sucesso das decisões tomadas no âmbito das grandes empresas para defender o lucro líquido e passar da condição de demandante de crédito para aplicadora privilegiada de recursos junto ao mercado financeiro.

Assim, a despeito do ajustamento recessivo, as grandes empresas puderam preservar (e expandir) suas margens de lucros (inclusive aumentando seus preços num contexto recessivo), desendividarem-se (e/ou não se endividarem) e se reestruturarem (cortando gastos e investimentos), preservando e/ou ampliando o seu potencial de acumulação para a fase pós-ajustamento. Os lucros bancários, em especial, evoluíram de forma espetacular durante todos os anos 80 (antes e depois do ajuste recessivo). Além das aplicações em títulos da dívida pública, das operações financeiras diversas, também cresceram, durante o período do ajuste, os empréstimos dos bancos (sobretudo estrangeiros) a órgãos e empresas públicas.

Os responsáveis pela condução da política econômica julgavam que, preservada a grande empresa privada e restaurado o equilíbrio das contas externas, estariam repostas as condições para que a economia voltasse a crescer, e abrir-se-ia espaço para reações ativas por parte da grande empresa privada, no sentido da ampliação da capacidade produtiva, diversificação rumo aos novos investimentos, tecnologias e mercados, promovendo um novo ciclo de crescimento da economia.

Entretanto, como demonstram Belluzzo e Almeida<sup>16</sup>, cuja análise foi resumida acima, passada a fase do ajuste, a postura defensiva do grande capital privado não cederia lugar às posturas mais ativas quanto aos investimentos e capacidade de inovação. Na medida em que os fatores de risco e incertezas não foram removidos com o fim do “ajuste”, mas agravados pela crise monetária (decorrente da incapacidade de gestão da moeda) e sucessivas tentativas de estabilização (com o Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão), a estratégia empresarial persistiu tão (ou mais) defensiva. Foram mantidos e

mesmo ampliados os poderes da grande empresa em seus setores e mercados particulares, sem que ocorresse um processo de concentração/centralização do capital e diversificação empresarial, cujo desdobramento fosse à formação de núcleos econômicos nacionais capazes de patrocinar e capitanear um novo ciclo expansivo.

Por certo que os representantes do grande capital jogaram um papel decisivo nas opções de política econômica feitas. Neste sentido, a “justificativa racionalizada” para se quebrar o Estado em prol da preservação do grande capital privado tem causas muito mais políticas que econômicas. Em todo caso, o patrimônio da grande empresa privada nacional foi preservado e ampliado; em princípio, estavam garantidas as condições para uma posição mais ativa dos seus representantes no processo de privatizações das empresas públicas dos anos 90. Processo que levaria a maior conglomeração tanto no setor bancário como no produtivo, mas não à conformação de um capital financeiro nacional, confirmando-se o modelo de acumulação herdado do regime militar. Agora, sem a liderança das empresas estatais, numa economia “financeirizada” e dependente (vulnerável às condições externas), cujos prejuízos à política (às opções políticas mais autônomas) seriam enormes.

À carência de condições políticas, mais que econômicas, pode ser debitado o não aproveitamento da conjuntura internacional dos anos 90. Dificuldades políticas relacionadas ao padrão de acumulação assentado no endividamento público interno, com a conversão do mercado financeiro em espaço privilegiado de acumulação e equalização de interesses econômicos divergentes. E, supondo que fosse possível a redução drástica dos juros, deslocando decisivamente as preferências pelos títulos para o mercado de ações (sem grandes prejuízos à atração do capital estrangeiro), isto, sem dúvida, implicaria em dificuldades enormes à política de estabilização adotada, ao refinanciamento/financiamento da dívida e gastos públicos, para o suprimento de capital de giro e crédito ao consumidor, entre outras dificuldades. Um edifício muito difícil de ser erodido<sup>17</sup>.

O que não significa que fosse impossível erguer andares sobre a poderosa construção, por exemplo, levando os grandes bancos à incorporação das empresas públicas privatizadas, limitando a participação do capital estrangeiro neste processo, obrigando-o às associações com empresários nacionais. Porém, o PSDB, partido no poder que conduziu as reformas decisivas dos anos 90, sempre foi um partido de quadros, descolado de qualquer base social de apoio popular, alçado ao poder em aliança com o

PFL, num contexto de hegemonia do pensamento neoliberal, baseado num discurso “antiestatista” que se afirmava nos meios empresariais, acadêmicos e de comunicação de massa desde pelo menos o governo Geisel. As reformas econômicas dos 90 foram empreendidas por lideranças carentes de um “projeto nacional”, com a manutenção até o limite de uma política cambial que, segundo Nassif, serviu ao enriquecimento de membros da equipe econômica e àqueles próximos aos governos FHC<sup>18</sup>.

Mas a herança desenvolvimentista dificultou ajustes neoliberais radicais, ao legar um parque industrial relativamente integrado, um setor bancário robusto, uma diversificação comercial e um dinamismo exportador sem paralelo no continente. Uma burguesia local no setor financeiro, agrário e industrial; jornalistas, intelectuais, economistas de oposição, assim como representantes da alta burocracia, conseguiram opor resistências à radicalização das reformas à maneira argentina. Foi entre a classe média (média/alta) que a adesão ao modelo neoliberal se mostrou mais livre de restrições. As camadas populares e sindicatos dos trabalhadores também reagiram às reformas trabalhistas drásticas, porém, foram as mais prejudicadas e fragilizadas pelas reformas adotadas.

### **Conclusão:**

Partindo do pressuposto de que o padrão de acumulação consolidado no Brasil durante os governos militares estreitava a margem de manobra para decisões políticas mais autônomas; entendemos também que a “herança desenvolvimentista” abria espaço para ações mais ousadas, tanto que limitou a radicalização à maneira argentina. O estreitamento diz respeito, sobretudo, às dificuldades políticas para se alterar o padrão “financeirizado” assumido pelo processo de acumulação desde o final dos anos 70; assentado na política de juros altos e endividamento público interno, contudo havia espaço (empresas em condições econômicas) para incentivos à fusão do grande capital bancário com o capital produtivo nacional, impondo ao mesmo tempo restrições à participação do capital estrangeiro nos grupos a serem gerados. Isto é, havia espaço para reformas orientadas à consolidação de um modelo mais dependente-associado de inserção internacional, “associação” fundamental visando-se um processo de internacionalização econômica (com o Brasil conquistando mais espaço ao menos na América Latina)

As associações de peso são importantes, entre outras razões porque, por exemplo, um embate contra um grande grupo coreano não se restringe ao capital e Estado coreanos;



além disso, sem a associação com empresas dos países dominantes, são maiores os obstáculos impostos à internacionalização de economias periféricas pelo grande capital & Estados dos países centrais. Sem falar nas vantagens financeiras e científico/tecnológicas possíveis (mas não asseguradas) via capitalismo dependente-associado.

O problema é que a política de juros altos e o endividamento estatal constituem, por si só, um entrave às vias de internacionalização mais produtivas e essa é a distinção central no modelo de inserção brasileiro, comparado aos casos coreano e espanhol<sup>19</sup>. É certo que entre o Brasil e a Espanha e/ou a Coreia do Sul existem enormes diferenças – culturais, geopolíticas, demográficas etc. -; mas no continente latino-americano, pela escala da sua economia, o Brasil era o único país em condições de percorrer um caminho mais próximo ao daqueles países, à época das grandes privatizações. Sendo que ainda contava (e conta) com possibilidades de expansão do mercado interno, de forma a não se tornar tão dependente das exportações, como no caso coreano, ou da vida político-econômica dos países captadores de investimentos, como a Espanha. Porém, diríamos que entre o modelo dependente-associado ou o apenas dependente, o Brasil permaneceu mais próximo do segundo, embora em condições bem mais favoráveis que a Argentina.

Mas não poderíamos deixar de anotar, a título de conclusão, o ponto de convergência nos processos de modernização tardia na Argentina, Brasil, Coreia do Sul e Espanha: foram insuficientes para retirar estes países da lista das nações periféricas e dependentes, a despeito dos dois últimos terem conquistado uma inserção internacional mais vantajosa, comparados ao caso brasileiro e ao argentino. Isto porque o caso coreano e o espanhol estariam mais próximos de qualquer definição de “capitalismo dependente associado” que a Argentina e/ou o Brasil. Não obstante, por mais que a Coreia do Sul possa ser elevada a uma posição de periferia de 1ª classe, é ainda um país periférico e dependente, sobretudo tendo em vista o peso dos eletrônicos na sua pauta exportadora e a dependência do mercado dos EUA. Já a economia espanhola conta com uma estrutura industrial modesta, dependente das “revoluções” científico-tecnológicas alcançadas nos países centrais e da estabilidade político-econômica de países periféricos.

Considerações finais que nos levam a suspeitar de uma dificuldade “estrutural” aos processos de desenvolvimento capitalista tardio: a incapacidade de gerar um capitalismo financeiro moderno. O que só pode ser compreendido a partir de estudos sobre as relações construídas no interior de cada país, pela luta política envolvendo dirigentes estatais e disputas de interesses locais, dentro do rol de possibilidades abertas pelo movimento expansionista das economias capitalistas dominantes.

#### NOTAS:

- 1) Professora junto ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Unicamp e na Facamp (Faculdades de Campinas).
- 2) Resumiremos aqui algumas idéias de um texto anterior, “Imperialismo, dependência e capitalismo associado”, apresentado no 32º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2008, GT 24 (Disponível em [WWW.anpocs.or.br](http://WWW.anpocs.or.br)). Este texto consiste numa versão modificada daquele, as modificações dizem respeito aos casos analisados e ao foco da análise. No texto anterior, interessou-nos a questão do “novo” imperialismo e a noção de capitalismo dependente-associado e abordamos aspectos da história econômica recente da Argentina, Brasil e Espanha. Agora, além de acrescentarmos o caso da Coréia do Sul, nos concentramos sobre as vias de internacionalização da economia consolidadas nos anos 80/90 nos quatro países. Do ponto de vista “teórico”, condensamos idéias apresentadas no texto anterior, tentando avançar um pouco mais.
- 3) Politicamente, vale observar que a periferia também apresenta maiores problemas quanto à consolidação e funcionamento das instituições democrático-liberais.
- 4) Sobre as diferenças entre o “velho” e o “novo” imperialismo, ver o texto “Imperialismo, dependência e capitalismo associado”, 2008, op. Cit..
- 5) Ver Frederico M. Mazzuchelli, *A Contradição em Processo* (São Paulo: Brasiliense, 1985), obra que traz uma releitura do texto de Lênin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, que vale tanto quanto a obra em questão.
- 6) Nos limites deste texto não há como discorrer devidamente sobre a história do desenvolvimento na Coréia do Sul, gostaríamos apenas de indicar como, a despeito de seu êxito internacional, trata-se de um modelo dependente-associado.
- 7) Conforme Otaviano Canuto, 1994: “(...) os conglomerados japoneses possuem bancos, circunstância em que seu endividamento se dá intrafirma. Os bancos estatais e o caráter ‘de cima para baixo’ na definição de investimentos diferenciaram a experiência sul-coreana em relação à japonesa. Na reprodução ‘tardia’ do modelo japonês pela Coréia, a liderança estatal foi mais forte”. E o “milagre coreano”, como escreveu Amaury Porto Oliveira, 2007: “(...) não aconteceria sem os capitais e as tecnologias dos EUA e do Japão, mas sequer poderia acontecer se o General Park e sua equipe “tenentista” não tivessem demonstrado determinação e capacidade para ir construindo, sobre os insumos de fora, as soluções nacionais da modernização da Coréia do Sul”.
- 8) Ver Gilmar Masiero, 2007.

- 9) Conforme Gilmar Masiero, 2007: “O seu setor de construção naval é o primeiro do mundo. O de produção de semicondutores é o terceiro em escala mundial e o eletrônico o quarto. Os setores automobilístico e siderúrgico estão na quinta posição do *ranking* mundial dos maiores produtores. Esses são os principais setores responsáveis pelos mais de US \$ 300 bilhões em exportações em 2006”.
- 10) Conforme Amaury Porto Oliveira, 2007: “(...) a participação dos gastos com P&D no PIB do país. (...) era [em 2002], na Coreia do Sul, de 2,91%, cifra próxima da do Japão e maior do que a dos EUA (2,82%). Na China, a cifra correspondente foi de apenas 1,23%, em 2002. O número de estudantes de nível terciário, na Coreia do Sul, foi em média 23,2% da parcela da população de idade correspondente, entre 1995 e 1997. De acordo com o PNUD (2001), somente a Finlândia e Cingapura tiveram números maiores, no período. Todavia, em relação à totalidade da população, a densidade de cientistas e engenheiros é bem menor, na Coreia do Sul, do que no Japão ou nos EUA”. Ver também Gilmar Masiero, 2007.
- 11) Só em janeiro de 2009, por conta da crise atual, as exportações coreanas caíram quase 40%.
- 12) Conforme Amaury Porto Oliveira, 2007: “A Coreia do Sul supera a China em matéria de comercialização de tecnologias, mas a China tem muito conhecimento acumulado em ciência básica e tecnologias de defesa, física nuclear, ciência dos materiais, sensoriamento remoto, tecnologia aeroespacial e de satélites, tudo herdado da era maoísta. (...) A China já dispõe de mais de um milhão de pessoas envolvidas com C&T, possuindo cinco vezes mais cientistas e engenheiros do que a Coreia do Sul. Em anos recentes, a China vem obtendo avanços impressionantes em vários indicadores de absorção e produção de C&T”.
- 13) Ver Pérez-Díaz, 1996; e Souza, 2007.
- 14) Idéia defendida por Maria da Conceição Tavares, segundo a autora, não houve associações significativas entre o capital produtivo nacional e o estrangeiro ao longo do processo de industrialização brasileiro e, sim, divisão do mercado (alguns ramos nas mãos do capital nacional; outros na do capital estrangeiro e a indústria de base com o Estado); negócios em comum, porém associações/fusões praticamente não ocorreram. Veja, por exemplo: “Brasil: estratégias de conglomeração. In: José Luís Fiori (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- 15) Tema abordado em minha tese de doutorado, *deus e o diabo na terra do sol*, 2003.
- 16) Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio G. Almeida, 2002.
- 17) Como escrevera Carlos Lessa, ao final dos anos 70, sobre as dificuldades do governo Geisel para a implementação do II PND.
- 18) Luís Nassif, 2007.
- 19) As características do mercado financeiro local, como meio privilegiado de inserção internacional, diferenciando periferias de “primeira classe” das de “segunda” (que ainda interessam ao capital financeiro internacional) são tema de pesquisa atual, dando prolongamento à análise comparativa entre os quatro países, sobre a qual não teríamos como avançar aqui.

Referências Bibliográficas:

ANGOUSTURES, A. *Historia de España em el siglo XX*. Barcelona: Editorial Ariel, 1995.

BELLUZZO, L. G. e ALMEIDA, J. G. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CANUTO, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização*. São Paulo: Nobel, 1994.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FERRARI, A. e CUNHA, A.M. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. [HTTP://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A023](http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A023)

FIGUEIREDO, C.; NUNES, C. [et al.]. *Os principais centros de decisão empresarial em Espanha*. [www.dpp.pt](http://www.dpp.pt) Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Departamento de Prospectiva e Planeamento, dez/2005.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento, 1974-1976; sonho e fracasso*. 2ª Ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998. (30 Anos de Economia, Unicamp, 5)

MASIERO, Gilmar. Reglobalização sul-coreana: evolução dos conglomerados e da economia a partir da crise asiática. *30º Jornada Temática: o padrão de inserção da Coréia do Sul na economia global*. Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - IEEI. São Paulo, 2007. ([www.ieei.com.br/scp/arqspublicos/pt/GilmarMasiero.pdf](http://www.ieei.com.br/scp/arqspublicos/pt/GilmarMasiero.pdf))

MAZZUCHELLI, Frederico M. *A Contradição em Processo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MERCADANTE, A (Org.). *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: IE/Unicamp, 1997.

NASSIF, L. *Os cabeças de planilha – como o pensamento econômico da Era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

OLIVEIRA, Amaury Porto. A Coréia do Sul na perspectiva de uma globalização modelada pela China. *30º Jornada Temática: o padrão de inserção da Coréia do Sul na economia global*. Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - IEEI. São Paulo, 2007([www.ieei.com.br/scp/arqspublicos/pt/AmauryPortoOliveira.pdf](http://www.ieei.com.br/scp/arqspublicos/pt/AmauryPortoOliveira.pdf))

PÉREZ-DÍAZ, V. *España puesta a prueba 1976-1996*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

ROMERO, L. *Breve Historia Contemporánea de la Argentina, 1916-1999*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

SAES, D. A. M. Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência. In Nogueira, F. M. e Rizzoto, M.L. (Orgs.). *Políticas sociais e desenvolvimento (América Latina e Brasil)*. São Paulo: Xamã, 2007.

SOUZA, A.M. *deus e o diabo na terra do sol* (leitura política de um capitalismo tardio). Campinas: IE/Unicamp, 2003.

SOUZA, A.M. As transformações recentes da economia espanhola e sua expansão internacional. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, ago/07, 2007.

TAVARES, M. C.e Miranda, J. C. Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VADELL, J. A. A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 49, nº 1. Brasília, jan-jun de 2006.